

O auditório da Faculdade de Educação (FE-USP) foi cenário, em 9 de maio, do debate “USP Pública ou USP Empreendedora? Gestão democrática ou tirania pró-mercado?”, organizado pela *Revista Adusp* com a finalidade de subsidiar esta edição. Contou com a participação de Maria Caraméz Carlotto, da Universidade Federal do ABC (UFABC), Franklin Leopoldo e Silva, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e José Sérgio de Carvalho, da Faculdade de Educação (FE-USP). Professores cujas trajetórias refletem profundo envolvimento com as causas da universidade pública.

Maria Caraméz Carlotto doutorou-se em Sociologia na USP, com a tese “*Universitas semper reformanda?*”

A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da

estrutura social”, fruto de pesquisa que “interroga o papel do discurso gerencial na redefinição do governo acadêmico das universidades brasileiras enfatizando sua relação com a estrutura social, que se expressa, no interior da universidade, pela hierarquização política, social e acadêmica das suas diferentes unidades”. Atualmente preside a Associação de Docentes da UFABC.

Franklin Leopoldo é professor titular aposentado de História da Filosofia Moderna e Contemporânea da FFLCH. Estudioso de Descartes, Bergson, Pascal e Sartre, autor do livro *Universidade, Cidade, Cidadania* (2014) e de textos como “A experiência universitária entre dois liberalismos” (1999), expoente do pensamento crítico, sempre denunciou e combateu os processos de descaracterização da universidade pública. A *Revista Adusp* 57 (2015) trouxe rica entrevista sua a respeito da USP.

José Sérgio de Carvalho é livre-docente em Filosofia da Educação. Tem atuado na área de formação de

professores da rede pública em Direitos Humanos. Nas reuniões do Conselho Universitário realizadas em 7 de março e 11 de abril, às quais compareceu na condição de representante da Congregação da FE-USP, ele repeliu a decisão do reitor de convocar a Polícia Militar para atacar manifestantes: “Quando nós recorremos à força bruta, perdemos a legitimidade. Não há maior símbolo de que este conselho e esta Reitoria perderam a legitimidade do que o recurso à força”.

A mediação do debate coube à professora Elisabetta Santoro (FFLCH-USP), então segunda

vice-presidenta da *Adusp* e membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp*. “O debate de hoje é motivado por tudo aquilo que estamos vivendo nos últimos tempos”, explicou ela ao abrir

USP PÚBLICA OU “EMPREENDEDORA”?

Moriti Neto
Jornalista

os trabalhos. “Os ataques que a universidade pública vem recebendo, que vêm tanto de dentro quanto de fora. Por um lado, temos a atual gestão reitoral, que está se encarregando de dar fortes ataques à universidade, no momento que provavelmente é um dos piores desde o fim da Ditadura. Por outro lado, temos ataques ao caráter público da USP, no momento em que o projeto da gestão reitoral está transformando a universidade em uma empresa, querendo que a USP tenha uma gestão empresarial como norte de suas ações. A contratação da consultoria privada McKinsey é um exemplo disso”.

A discussão foi enriquecida com intervenções da plateia. Os comentários e questionamentos partiram dos professores Márcio Moretto Ribeiro, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e Antonio Ribeiro de Almeida Junior, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), e da técnica de laboratório Vera Helena Monezzi, do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB).



Maria Carlotto, Franklin Leopoldo, Elisabetta Santoro e José Sérgio de Carvalho

MARIA CARLOTTO. É sempre um prazer voltar à USP. Não só porque é a instituição que me formou, mas porque os temas que estão sendo debatidos aqui foram durante quinze anos meu tema de pesquisa. Muito do que vou falar reflete não apenas a minha pesquisa, mas a pesquisa que a gente vem desenvolvendo coletivamente pensando nesse tema.

Antes do debate, eu tive a excelente — ou péssima? — ideia de releer “A experiência universitária entre dois liberalismos”, do professor Franklin. Eu quase desisti de vir. Esse é um dos textos mais importantes que essa universidade concebeu, tem um poder de síntese e de colocação de questões que realmente tornou

um pouco inócua a minha fala aqui. No entanto, como havia me comprometido, eu vim. Muitas das questões que eu vou levantar estão desenvolvidas de forma muito mais crítica naquele texto.

Optei por trazer alguns elementos empíricos da nossa pesquisa no grupo de Sociologia da Cultura que podem ajudar a entender algumas das questões e talvez iluminar onde estão os enfrentamentos mais profícuos. O entendimento nos ajuda a escapar da atitude conformista que se tem perpetuado e que o próprio discurso da atual gestão promove.

No meu doutorado, propus uma história estrutural da USP. Isso significa pensar na estrutura social da

universidade como uma chave de leitura tanto para o seu passado quanto para o futuro, o devir da universidade. O que ela é e o que deveria ser. O que significa isso? Seguindo uma trilha que não fui eu que abri, existe toda uma tradição sociológica da USP que pensa a universidade a partir de estruturas sociais. Não exatamente classes, mas estratos sociais mais ou menos favorecidos que determinam uma hierarquização de suas escolas.

Pensando nisso, olhando para os dados de ingressantes, a existência de fundações “de apoio”, o grau de dedicação exclusiva, construí na minha tese uma tipologia que é histórica, mas, também, se atualiza. Os textos sobre a origem da universida-

de estão lá. E é impressionante como isso se perpetua com o tempo. Você tem uma hierarquia essencial entre as escolas profissionais tradicionais. Um campo que vai se renovando, mas que tem um núcleo duro que não se altera. E outro polo, que eu chamo de acadêmico-científico, que reúne todas as instituições voltadas à produção de conhecimento, aos produtores de conhecimento e aos difusores de conhecimento.

Se a gente pensar nessa estrutura básica, ela organiza grande parte das visões da história da universidade. A forma como você conta a universidade tem uma oposição essencial dada por essa polaridade. Uma visão que localiza a origem da universidade antes da Faculdade de Filosofia, ou seja, na fundação das faculdades isoladas e de toda a tradição que advém daí. E outra posição que coloca como marco fundador essencial a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e tudo que deriva daí em termos de projeto, produção de conhecimento e reorganização.

“A dualidade entre escolas profissionais e campo acadêmico-científico se manifesta no embate pela reforma universitária nos anos 1960. O centro do projeto gerencial é justamente se contrapor à democratização das estruturas de poder”

Essa dualidade entre as escolas profissionais e o campo acadêmico-científico não é exatamente nova. O que fiz na minha tese foi um esforço de mostrar de modo sistemático como isso orienta tanto a historiografia quanto a disputa por aquilo que a USP é e por aquilo que deve ser. Onde isso se manifesta de forma mais clara é no embate pela reforma

universitária durante os anos 1960. Se a gente for considerar todo o projeto que vinha sendo gestado desde o final dos anos 1950, tinha como um dos pontos fundamentais a democratização das estruturas de poder. É bom lembrar que isso não significava ter conselhos paritários. Em muitos casos, era simplesmente compartilhar as decisões da universidade com um grupo de docentes, formando uma estrutura departamental.

O centro do projeto “moderno”, gerencial, é justamente se contrapor a essa democratização das estruturas de poder, deliberativa, sobretudo as decisões mais estratégicas. E essa ideia de democratização vinha justamente do polo acadêmico-científico. Ela se colocava no final dos anos 1950 e mais ou menos até 1964-65



Professora Maria Carlotto (UFAB)

como uma proposta essencialmente moderna, de combate a uma estrutura arcaica, vinda das castas. As elites que controlavam a universidade, ou seja: Medicina, Direito e Engenharia, mas nesse momento, sobretudo, Medicina e Direito, essas elites vão sistematicamente buscar um novo conhecimento, uma nova visão, capaz de se apresentar como moderna e de se contrapor a essa reforma.

Que isso tem uma relação com uma estratégia dos Estados Unidos é absolutamente evidente. Minha pesquisa atual tem se concentrado sobre isso.

Quando os Estados Unidos saem da 2ª Guerra, uma das primeiras coisas que fazem no âmbito da ONU [Organização das Nações Unidas] é incentivar um projeto de expansão

do conhecimento gerencial. Tanto que nem existiam faculdades de gestão no Brasil. A gestão significa que todo problema passa a ser um problema de eficiência e não um problema de política.

É muito comum dizer que o conhecimento gerencial foi importado, ou pelo menos imposto pelos Estados Unidos ao conjunto das universidades latino-americanas e particularmente ao conjunto das universidades brasileiras. Tem essa dimensão, mas também tem uma busca ativa dessas elites gerenciais por uma concepção que fosse capaz de legitimá-las dentro de um embate.

Mas tem outro ponto: o papel ativo das elites nacionais na busca desse conhecimento. Foi em cima disso que fizemos um artigo analisando o papel do conselho de reitores das universidades nos anos 1970. É óbvio que o discurso gerencial está associado à emergência do neoliberalismo. Existe uma visão predominante de que isso seria resultado da importação de políticas de desmonte do Estado de bem-estar social norte-americano e europeu a partir dos anos 1980, anos 1990. Mas para ser feito nessa época tinha que ter sido semeado muito antes. E mais: isso não se resume a um projeto de desmonte de política econômica. Tem um projeto voltado para a formação de técnicos de ensino superior.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB foi criado por Rudolph Atcon, consultor norte-americano dos acordos MEC-Usaid. Ele cria o CRUB porque tinha uma proposta de que deveria haver uma nova geração de líderes com uma visão moderna. Isso em 1966. E o conselho deveria reunir todos os

reitores. Ele é o primeiro secretário-executivo do CRUB, de 1966 a 1968, e depois ele se afasta justamente para evitar as críticas ao acordo MEC-Usaid. Mas ele não sai do âmbito de atuação do CRUB.

O interessante é que, de todos os acordos MEC-Usaid, o único que foi efetivamente implementado é o acordo para a modernização administrativa das universidades brasileiras. A vigência vai de 1969 a 1974-75, e quase ninguém olha para isso. O que a gente constatou? Tem a atuação durante os anos 1960, que culmina na reforma universitária, e volta nos anos 1980 e 1990. O que acontece nesse meio-tempo é um processo sistemático de formação de técnicos e de difusão de visões.

“Qual a proposta essencial da reforma gerencial? Pensar a universidade não como uma instituição, mas como organização gerida por um Executivo forte, dentro da visão estratégica de planejamento. O centro é o fortalecimento da figura do reitor”

Por que estou frisando isso? Primeiro, porque o ponto essencial dessa visão gerencial era uma concepção de que a universidade não é uma

instituição secular, que tem política universitária, que deve ser decidida em colegiados. A universidade tem uma tradição até medieval de corpo colegiado. A descentralização das decisões essenciais para os níveis mais baixos da hierarquia, que é justamente o projeto que o polo acadêmico-científico trazia na década de 1960, significava que o maior número possível de professores deveria participar das decisões e, portanto, você tinha que diminuir os níveis de hierarquia dentro da carreira.

Qual era a proposta essencial da reforma gerencial? Pensar a universidade não como uma instituição, mas como uma organização. Deveria ser uma organização gerida por um Executivo forte. Quanto mais forte o Executivo, melhor, porque tem que liderar a universidade dentro de uma visão estratégica de planejamento. O centro dessa visão gerencial é o fortalecimento da figura do reitor. A USP faz isso na reforma de 1968, mas, quando reforma o Estatuto, em 1988-89, confere ainda mais poder ao reitor dentro da visão de gerenciamento: tem que ser ágil, executivo, tem que liderar, tem que pautar os colegiados mais baixos nas decisões e toda a estrutura deliberativa vira de cabeça para cima.

É importante marcar essas duas visões e como correspondem a uma estrutura social. Olhamos todos os reitores que compõem o CRUB de 1966 a 1984. É impressionante. A gente segmentou pelo curso de formação. E encontrou, para o conjunto de reitores, a mesma distribuição que encontrava na USP. Em primeiro lugar, a maior parte era advinda do Direito. Depois, médicos. Depois, engenheiros.

E, lá atrás, vinham os economistas. 75% dos reitores vinham dessas quatro graduações. A mesma coisa era válida para a USP. Na USP, eu segmentei essas graduações pelo conjunto de variáveis socioeconômicas. O que eu encontro é que esse núcleo está sempre no topo da hierarquia social. É por isso que toda essa discussão sobre o caráter elitista da universidade se liga à discussão sobre concepções de gestão.

A estrutura de poder reflete uma hierarquia social. Não é exatamente uma hierarquia de classes, mas é certamente uma hierarquia social. Se a gente for considerar variáveis como escolaridade dos pais, renda dos pais, percentual de afrodescendentes... Também a questão das mulheres entra nessa hierarquia. Tem um conjunto de variáveis sociais que define uma estrutura de poder que se replica não só na USP, mas em outras universidades, e que define esse padrão de gestão extremamente centralizado.

Tem uma dimensão fundamental nas disputas que estão postas hoje, que é uma disputa simbólica. Eles conseguiram construir tal bloqueio de legitimação da sua visão enquanto moderna, gerencial, arrojada, que a gente está com muita dificuldade de furar. Isso é verdade, mas também é verdade que só se consegue impor essa visão com uma violência física e simbólica brutal. É sobre isso que a gente precisa pensar. Existe uma violência física absurda e também existe uma violência simbólica.

Um segundo aspecto é que paralelamente a esse processo de expansão de uma visão gerencial,

nesse mesmo período ocorrem uma expansão e internacionalização da pesquisa que fizeram com que esse polo acadêmico, que na década de 1960 conseguia em conjunto apresentar uma proposta para a universidade, hoje esteja fracionado. Isso se liga ao fato de que a internacionalização da pesquisa formaliza temas, métodos e formas de apresentação de resultados em que a pesquisa é tão mais universal quanto é desenraizada e, portanto, despolitizada, e, portanto, incapaz de entrar na disputa específica sobre a universidade no seu contexto atual. Existe uma situação de uma mudança desse espaço no qual as posições e as alianças se formavam.

A USP é a universidade que mais preserva as estruturas. É impressionante a experiência de sair dessa universidade e ir atuar em outra. É totalmente diferente. A gente naturaliza a estrutura hierárquica e autoritária, o clima de violência. Só quando sai daqui você percebe como é pesada essa estrutura. Um detalhe: a hierarquia na carreira docente. No sistema federal, existe a hierarquia, mas jamais para a tomada de decisões, jamais para acesso a postos da carreira universitária.

FRANKLIN LEOPOLDO. Gostaria de tomar um só aspecto daquilo que a Maria Carlotto falou a respeito da estrutura da universidade, que passa de uma instituição política para uma organização de mercado, uma organização corporativa, e também em paralelo a isso vai perdendo seu caráter político-institucional para adentrar um terreno que muitos têm chamado de organizacional. A universidade não inova: simples-

mente segue uma coisa que vem acontecendo há muito tempo no mundo inteiro, que é a definição da política pela administração e o fato de que a política, em qualquer lugar em que se vê, é sempre pautada pelo suprimento de necessidades administrativas. É a famigerada *gestão*, que vem invadindo todos os setores e colocando as coisas no seguinte pé: se continuarmos misturando a gestão da universidade com discussões político-institucionais, acabaremos por paralisar a gestão e ela vai, então, situar-se no seu tempo com os requisitos de modernidade que são necessários.

Então, é preciso que se adote para a universidade uma racionalidade específica, que é uma racionalidade corporativa e, num sentido mais amplo, instrumental. E assim, então, que todos os aspectos da universidade, e inclusive aqueles aspectos em que ainda resiste algum tipo de atividade política, também sejam incorporados numa certa instrumentalização, direcionada inteiramente para o aspecto organizacional, para o aspecto da gestão eficiente, para o caráter administrativo que a universidade necessita muito, segundo os especialistas.

É importante notar que a organização e a hierarquia seguem de modo muito clássico a ideologia da eficiência. Isso repercute nos postos, nas escolhas, nos dirigentes, nos reitores. Os dirigentes são buscados não pela capacitação política, mas pelo talento de gestão técnica. Nesse sentido, temos há muitos anos assistido a uma invasão do terreno da política pelo terreno administrativo. Mais do que uma invasão, já

estamos numa fase de identificação completa. O que é política? Política é uma gestão eficiente daquilo que é para ser gerido, e que eu não ouse chamar de coisa pública porque, se não há política, evidentemente que não há coisa pública.

Então, a universidade vem há muito tempo seguindo esse modelo e há certa confluência de objetivos daqueles que propõem esse modelo e desejam instalá-lo de maneira total, mas, também, eu diria, da parte de outras pessoas que formam a comunidade universitária e que estão cada vez mais propensas à aceitação de modelos práticos de eficiência como sendo a tábua de salvação do futuro. É um dado interessante porque liga a questão política institucional com as pessoas, com os sujeitos, as subjetividades. Alguma coisa de psicológico: o que move as pessoas?

Uma das características mais marcantes do liberalismo é a competitividade. Nós esperaríamos, então, do ponto de vista ideal, que num grupo comunitário, num grupo em que houvesse certa consciência de solidariedade e de comunidade, esse traço seria diminuído. Não é o que temos visto ao longo dos últimos vinte anos, para dizer o mínimo. Vejo que as coisas se espalharam de tal maneira que há certa projeção desse modelo de universidade, que certamente é gestado nas instâncias de poder, para o conjunto da universidade, para aquilo que deveria ser a comunidade universitária. Isso não é uma censura, nem uma coisa negativa. É a constatação de certos fatos que vão nos aproximando de uma realidade que a gente não pode desconhecer.

“Uma das características mais marcantes do liberalismo é a competitividade. A pauta individualista que percorre o meio universitário faz com que o pesquisador seja, antes de mais nada, um investidor em si mesmo. E, portanto, as técnicas de investimento e de retorno é que pautam a vida universitária”

Meu colega Paulo Arantes, quando se manifesta sobre esses assuntos, costuma utilizar, com a agilidade própria daqueles que pertencem à minha área, termos de caráter econômico, como investimento e investidor. A pauta individualista que percorre o meio universitário faz com que o pesquisador seja, antes de mais nada, um investidor em si mesmo. E, portanto, as técnicas de investimento e de retorno é que pautam a vida universitária.

Eu tenho notado, e não frequento as áreas em que isso é mais radical... É muito perceptível como essa mentalidade vai se espalhando como se fosse uma coisa natural. Uma coisa importantíssima que a professora Maria falou é que, assim como temos a naturalização da violência, antes dessa naturalização temos também uma naturalização da organização universitária. Como se estivéssemos em uma situação em

que qualquer coisa que fosse mudada, do ponto de vista de uma reviravolta política, fosse acompanhada de um desastre do ponto de vista organizacional e da gestão universitária. As pessoas preferem esse tipo de situação, administrável do ponto de vista econômico, do que propriamente um engajamento, uma reviravolta política, que foi ficando cada vez mais fora do horizonte, cada vez mais fora de moda. Não vejo isso como uma coisa extraordinária porque vem acontecendo no país e no mundo.

“Há um caminho que vai em dois sentidos paralelos: [1] Uma indiferença ética que toma conta da sociedade. [2] A despolitização [que] é um projeto político. A apologia da eficiência, da eficácia e administração é o efeito de um projeto bem pensado”

O problema é que, diante daqueles que nos concernem, e se pensamos na história da universidade desde sua fundação, vemos que há um caminho que vai em dois sentidos paralelos. Em primeiro lugar, uma indiferença ética que toma conta da sociedade como um todo, e que, portanto, se reflete também na universidade, talvez num ritmo menor, talvez de uma maneira mais discutida, mas que certamente está

provocando mudanças. A questão de que valores que não são monetários não são apreciáveis. A outra coisa, uma ocorrência muito significativa, que enquadra a universidade num contexto ainda maior. É a despolitização. Quando estudei essas coisas, cheguei a uma conclusão que para uma pessoa menos burra teria sido óbvia: a despolitização é um projeto político. Quando você vê na universidade, e mesmo na sociedade, a apologia da eficiência, da eficácia e da administração, completamente contrária ao pensar político, é o efeito de um projeto bem pensado.

O que é mais necessário hoje seria que alguém pudesse se debruçar sobre um binômio fundamental para entender o que a gente vive: a democracia formal e o totalitarismo real. Eu não tenho competência para isso. É algo que ilumina muito o que estamos vivendo: uma espécie de ditadura que atravessa a democracia e que faz com que as pessoas não a percebam como tal. Apesar da violência de que isso se reveste. Porque, como tem o totalitarismo real disfarçado numa democracia formal, tem do lado da manutenção desse tipo de regime uma violência muito grande, uma violência tanto física quanto simbólica que atinge o indivíduo de forma muito forte.

Esse binômio tem pesado sobre as pessoas num sentido complicado. Aqueles que não tiveram uma experiência da repressão, da ditadura, da censura, separam muito bem o que seria uma ditadura do que seria um regime democrático, mas essa separação tende a ser formal. Eu me lembro que na pri-

meira reunião da Congregação da FFLCH já na redemocratização, quando havia acontecido um problema com a Polícia, um membro da Congregação falou uma frase que todo mundo riu, mas que é verdade: “O cassetete da democracia é tão pesado quanto o da ditadura”.

Temos, como tarefa, o esclarecimento dessa situação. Encontros como este são importantes. Há um estímulo para que a universidade não se pense em si mesma, como se isso fosse perda de tempo. Ou seja, que a universidade trabalhe, produza, e nunca se volte para si mesma no sentido de refletir sobre o significado da sua atividade, da sua produção. Isso é incentivado por todos os meios. No interior da universidade, pelos órgãos financiadores, e assim por diante.

Perdoem o vício da filosofia. Aqui vale a mesma coisa que caberia para o indivíduo. Sócrates dizia: “Uma vida que não se examina não merece ser vivida”. Isso é válido também para uma instituição, principalmente se ela tem uma fundação de caráter político. Então, estamos sendo, de alguma forma, infiéis às nossas origens, quaisquer que sejam as críticas



Professor Franklin Leopoldo (FFLCH)

que se possa fazer a elas. Por ter um projeto de poder, esse é um projeto político. Tem-se que pensar a universidade politicamente. Essa tradição foi se perdendo, foi brecando a reflexão desse sentido na universidade.

Quando entrei, muito tempo atrás, como estudante, tinha um professor que havia sido muito ativo na organização da faculdade. Ele dizia: “Eu só queria dizer uma coisa a vocês: nunca confundam sociologia com socialismo”. Esse tipo de piada dá bem ideia de certa evolução que começou muito rapidamente no sentido de levar a universidade a essa assepsia, a esse caráter apolítico, mas que, tendo em vista as circunstâncias que vivemos, não só aparece como um desinteresse político, mas também como uma indiferença ética.

“Fiquei pasmo quando li as descrições das reuniões do Conselho Universitário. A violência desmedida que lá aparece, por parte da cúpula dirigente. Um uso burro da violência. Temos tido dirigentes universitários que não primam pelo uso da inteligência”

Fico pasmo. E fiquei de novo há pouco tempo quando li as descrições das reuniões do Conselho Universitário. A violência desmedida que lá aparece, principalmente por parte da cúpula dirigente. Eu vejo isso como uma violência totalitária. Isso é naturalizado. Temos um reitor segundo o

que o modelo MEC-Usaid queria colocar. Mas não se trata de um uso inteligente da violência. Trata-se de um uso burro da violência. Então, não sei se isso serve de consolo ou não, mas temos tido uma série consecutiva de dirigentes universitários que não primam pelo uso da inteligência. Porque, até para errar, erram de maneira não inteligente [aplausos].

Isso é muito sintomático do tempo em que nós vivemos. Outro dia um colega me dizia que não há mais nenhum cara de direita inteligente com quem a gente possa discutir, como acontecia nos tempos da Maria Antônia. Hoje em dia você tem uma degradação global que é consequência da falência ética e da falência política. Confesso a vocês que não vejo

claramente um caminho que conseguisse reverter essa questão, porque a universidade está cada vez mais enquadrada no esquema nacional e global que vai nessa mesma direção.

Além da resistência que é sempre possível e necessária, não vejo muito bem como deter esse processo. E, portanto, a nossa posição dentro da universidade vai ficando cada vez mais complicada. A ponto de que hoje em dia você não tem mais diálogos virulentos porque o outro não entende o que você está falando. E se você fala alguma coisa do ponto de vista de política acontece aquilo que gosto de contar, quando a Faculdade de Filosofia foi para os barracões onde hoje é a Psicologia. Naquele tempo, os estudantes participavam da construção dos barracões. Eles se reuniram e o engenheiro falou assim: “Não aceito argumentos políticos. Só aceito argumentos técnicos”. Um dos nossos, que era entendido em coisas de engenharia, falou: “Você está pondo telha de fibra de vidro, o que vai ocasionar muito calor e muito barulho”. E ele respondeu: “Argumento político”.

O Paulo Arantes costuma dizer o seguinte: “O caos tornou-se sistema”. Então, estamos em uma situação muito complicada. Há uma serialização de reitores que eu fico espantado. A última eleição sempre espanta a gente. Mas a próxima vai espantar mais ainda. Parece que há certa demanda histórica de degradação. Como se a destruição da universidade estivesse dentro de uma perspectiva objetiva da história. Espero que não. Mas, no Brasil e em outros lugares, é nesse sentido que vai.

Além de todos os problemas que a professora Maria colocou, há um

implícito: a instrumentalização geral dos requisitos universitários para que a própria universidade, enquanto instituição, pareça aceitar aquilo que vem sendo proposto. Será que isso é tão extraordinário assim? Se a gente pensa nas últimas eleições, não foi apresentado à sociedade certo projeto completamente desprovido de política, de sentido social? E foi bem aceito. Tudo isso me faz um pouco pessimista.

Agora, uma coisa que aprendi na filosofia é que, qualquer que seja a possibilidade, não se deve abandonar a resistência. Tenho um amigo que caça da minha maneira de pensar e diz que resistir é justamente ir recuando até que se caia no abismo. Embora isso possa até acontecer, vale a pena e talvez seja aquilo que nos resta. Porque está havendo uma incorporação de um projeto que as pessoas já estão dispostas a aceitar tendo em vista o desprestígio da política e a falência da ética. Muito do que vivemos passa por esses dois fatores.

“A USP nasce do projeto de uma elite política no momento em que S. Paulo é colocado um pouco fora do jogo político. Como se perdesse o político e falasse que tem algo simbólico a fazer. Isso fazia uma tensão interessante com, também, os reclamos de tecnologia, formação de profissionais”

JOSÉ SÉRGIO. Para mim é uma imensa honra poder participar dessa mesa, poder compartilhá-la com o professor Franklin, que foi um mestre para toda a minha geração. E conseguiu ser um mestre para toda a geração que eu formei no ensino médio, e que tinham com ele a mesma relação que eu tinha, de profundo respeito ético. E conhecer a professora Carlotto.

Embora eu tenha aceito esse desafio, o convite em certo sentido me surpreendeu. Porque, diferentemente do professor Franklin, que tem alguns escritos absolutamente inspiradores, ou da professora Carlotto, que tem feito da universidade a sua pesquisa, pensar a universidade para mim é um assunto incidental. Quem acompanha minha carreira sabe que minha grande preocupação sempre foram os vínculos entre o domínio da esfera pública e a educação básica. Não a educação superior.

Eu imaginava que o convite que havia sido feito para mim refletia muito mais a repercussão dos meus gestos e das minhas palavras nas duas últimas reuniões do Conselho Universitário do que qualquer relevância da minha produção. É muito mais devido ao impacto político desses dois eventos. Ocorre, contudo, que isso para mim também traz um certo incômodo. Porque, de novo, aqueles que acompanham a minha carreira sabem que estou longe de ser aqui dentro um militante político ou sindical dessa universidade. Esse é um papel que tem sido desempenhado com muito louvor por alguns dos nossos jovens professores. De fato não é muito minha área de atuação.



A minha atuação política ali tem mais a ver não com classicamente o que a gente entende por política, que é uma certa negociação dos diferentes interesses, mas justamente o gesto desesperado da crise, onde fala-se: “Isso não é negociável”. A minha única atitude política foi de falar que aquilo que estão fazendo está fora do âmbito da negociação.

Que me parece ser uma atitude política do momento de uma crise absurda. Algo que já havia acontecido na redação do meu texto chamado “Corpo de delito simbólico”.

O que pensei em trazer para compartilhar com vocês é o olhar de alguém que é do campo da Filosofia da Educação para essa questão que a *Revista Adusp* nos colo-



cou, que é a USP pública ou a USP empreendedora. Me parece que, se hoje está se configurando como uma alternativa, historicamente não foi exatamente uma alternativa, mas uma tensão constitutiva da USP desde sua fundação. E qual é a tensão? A tensão entre o papel público e político da universidade e a ideia de que ela é também um lugar

de formação de profissionais, um lugar de atendimento a reclamos e a demandas sociais.

A gente não pode esquecer que a USP nasce do projeto de uma elite política justamente no momento em que São Paulo é colocado um pouco fora do jogo político. Como se perdesse o político e falasse que tem algo simbólico a fazer. Isso não se

dissociava, fazia uma tensão eventualmente interessante com, também, os reclamos de tecnologia, de modernização, de formação de profissionais.

Tem dois aspectos que vou separar em dois termos meramente abstratos para a gente tentar entender o que me parece ser essa tensão. Entre o sentido político, o significa-

do cultural da universidade na nossa sociedade e suas finalidades sociais, econômicas e produtivas. Queria começar fazendo uma distinção entre essas duas formas. A universidade se marca por ser um lugar que tem tanto uma finalidade em diálogo com a produção econômica quanto um sentido político. Enquanto essa tensão teve um equilíbrio... A universidade deve inclusive sua excelência a esse equilíbrio tenso.

Vamos começar pela noção de finalidade, que nos remete imediatamente a um caráter instrumental. Tanto que a noção de finalidade sempre se expressa pela pergunta: “Para que serve algo?” Ao contrário do sentido, que diz respeito muito mais a uma experiência política e pessoal cuja relevância não pode ser reduzida ao seu produto, ao seu valor de troca. Vou dar um exemplo banal. É possível que desde os 15 anos você guarde em sua casa um papelzinho de bombom “Sonho de Valsa”, que não tem nenhum valor de troca, mas tem um profundo sentido.

Ora, essa noção de finalidade é preciosa quando a gente lida com objetos de uso de consumo e com a fabricação desses objetos. Por exemplo, uma mesa. Se compro uma mesa, para que serve uma mesa? Serve para apoiar meu computador. Claro, você pode imediatamente perguntar: “E para que você quer apoiar o seu computador?” Ou seja, aquilo que era um fim, a mesa, transforma-se em um meio. Mas o computador é um meio com o fim fora dele mesmo: porque eu preciso escrever os meus artigos. E para que você escreve artigos? Para ter pontos na Capes. E para que você

quer ter pontos na Capes? Para poder orientar na pós-graduação. E aí vai de uma forma que todo o meio para um fim se transforma em um novo meio, que serve para um fim e para um novo meio, sem nenhum significado em si mesmo.

“Enquanto a gente conseguiu manter uma universidade que tinha sentido público, embora também tivesse que cumprir a função da finalidade aqui e acolá, essa experiência tinha algum sentido. Ela não era mera conformação de indivíduos adequados a uma engrenagem que funciona por si”

Esse é o tipo de relação que a gente espera estabelecer com coisas. O problema é que essa lógica instrumental, que a meu ver é absolutamente característica da produção e do uso dos objetos, se torna espúria quando aplicada ao âmbito da formação humana, que é o que a gente faz na universidade. Isso porque nesse domínio particular os critérios de julgamento e avaliação não são redutíveis às questões relativas à eficácia ou à eficiência dos meios empregados na concepção de um fim determinado. Na formação, muitas vezes não é possível sequer isolar a forma escolhida do próprio

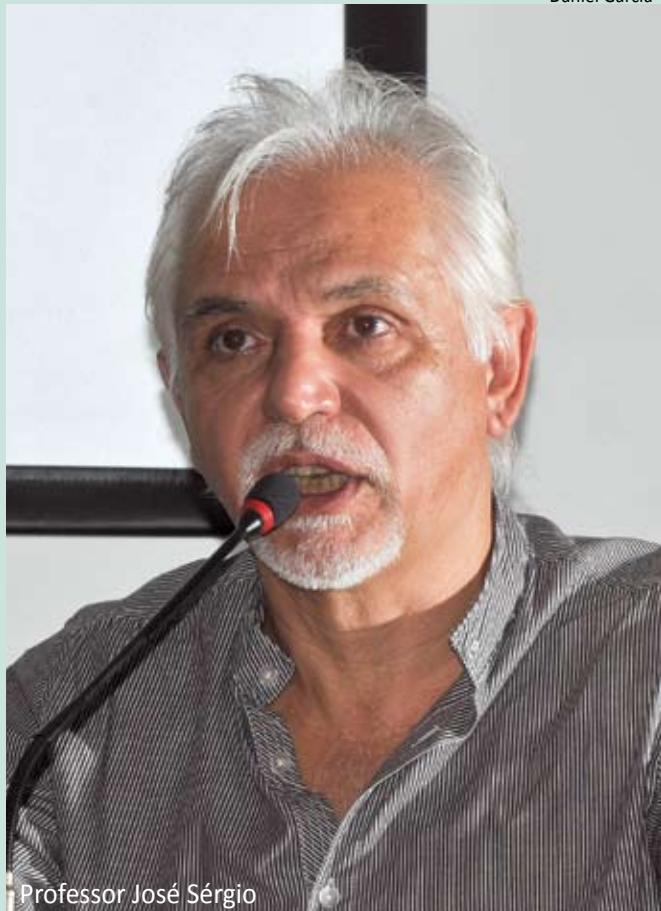
objetivo almejado. Vocês imaginam, por exemplo, uma expressão como eu fiz, uma formação filosófica dogmática, é uma contradição em termos. Ou seja: o próprio processo pelo qual eu formo alguém, eu o inicio numa tradição como a ciência ou a filosofia, pressupõe que essa forma seja condizente com a própria natureza da disciplina que eu entrego.

Portanto, essa questão da finalidade do sentido tem muito mais a ver com a relação que eu estabeleço com a coisa do que com a coisa em si. Por exemplo, se você pensar numa viagem ao Rio de Janeiro. É uma relação instrumental ou uma relação de experiência formativa? Depende do que eu quero. Se vou lá fechar um negócio, pego um avião ou um ônibus, o que for mais barato e mais eficaz. Agora, se eu penso que uma viagem ao Rio pode ser uma experiência que no seu próprio decorrer é formativa, faz toda a diferença eu decidir ir a pé, de bicicleta, de carro ou de avião. O próprio meio me dá uma experiência totalmente diferente. Então, aqui estou falando mais da construção de um sentido.

Acresce a isso o fato de que há um conjunto significativo de experiências humanas cujo valor ou experiência não derivam de qualquer possível resultado que possam engendrar. São experiências que têm um valor intrínseco, já que não necessariamente possuem uma utilidade imediata e por vezes sequer visam a atingir um fim exterior à própria experiência: as relações de amizade, a experiência da paternidade, o prazer de ler um poema.

É claro que de novo isso depende de como eu me relaciono com a coi-

Daniel Garcia



sa. Se eu leio um poema para poder passar no vestibular, ele é simplesmente um meio para um fim exterior. Ocorre que daí eu tirei toda a poesia do poema. Assim, o significado de uma experiência formativa, ou seu sentido existencial, seu significado político, não equivale a qualquer finalidade instrumental. Ao contrário, sua compreensão desvela antes uma dignidade intrínseca à própria experiência, cuja razão de ser é a constituição de um sujeito, e não a produção de um indivíduo em conformidade com as demandas de cunho econômico ou social pré-estabelecidas.

Então, me parece que é isso. Enquanto a gente conseguiu manter uma universidade que tinha sentido público, embora também tivesse que

população. Neste caso, ela é um meio eficaz para isso. Mas ela também tem um outro sentido que está sendo esgarçado, dilacerado e quase anulado nos dias que correm hoje.

Esse sentido tem a ver com o fato de que a universidade moderna se coloca como sua tarefa precípua a crítica. Ser o lugar de produção crítica. É essa a questão. A gente teria que esmiuçar o sentido que estou dando à palavra crítica, aqui não teremos tempo, mas porque se tornou uma palavra muito recorrente no vocabulário e começou a parecer uma certa anemia semântica. Crítica é qualquer oposição feita. Eu queria usá-la no sentido um pouquinho mais técnico, um pouquinho mais histórico, que é retraçar o ponto de virada em que a gente pensa o espaço público como

cumprir a função da finalidade aqui e acolá, o fato é que essa experiência tinha algum sentido. Ela não era a mera conformação de indivíduos adequados a uma engrenagem que funciona por si. O que me parece ser o sentido específico da universidade. E não a finalidade. Porque ela pode ter uma finalidade bem relevante, como a cura de uma doença tropical que afeta a

espaço de crítica política, o espaço de crítica cultural.

Colocaria esse ponto de virada, reconheço que com um alto grau de arbitrariedade, no espírito de esclarecimento e na obra kantiana. Há uma passagem interessante no segundo prefácio do *Crítica da Razão Pura*, do Kant, em que ele diz: “Nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem de submeter-se. A religião por sua santidade e a legislação pela sua majestade querem igualmente subtrair-se a ela”. E a Reitoria também. “Então, suscitam contra elas justificadas suspeitas, e não podem aspirar ao sincero respeito que a razão só consegue a quem pode sustentar seu livre e público exame”.

Então, há dois elementos na ideia de crítica de Kant que são centrais para a gente entender por que o projeto da universidade é um projeto iluminista. Em primeiro lugar, porque a crítica kantiana não é a crítica de um indivíduo isolado. É a marca de um tempo. O esclarecimento é o tempo da crítica. E mais, uma crítica que não acontece num indivíduo isolado, mas acontece no debate livre e público de ideias. Aqui, eu poderia dizer, com certo grau de arbitrariedade, que marca o espírito da universidade. O respeito iluminista, no bom sentido.

A crítica é uma marca que para seu próprio acontecimento exige não simplesmente um pesquisador isolado dos demais, mas, ao contrário, um ambiente que fomente esse tipo de discussão. Sem o quê não há crítica. A crítica não é simplesmente uma analítica da verdade, para o Kant. É o modo de se colocar para o mundo.

“Mais grave do que esse privilégio conferido às atividades que conformam a universidade às demandas econômicas, está havendo uma ruptura em relação à proeminência da palavra, da política como forma de deliberação, em favor da força bruta em relação às vozes dissonantes”

Daí porque pego um outro texto dele, “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”: “É difícil para um homem, em particular, privadamente, desvencilhar-se da minoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Por isso, são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da minoridade. Que, porém, em público se esclareça, a si mesmo, é perfeitamente possível. Mais do que isso: se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável, pois encontrar-seão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, que depois de terem sacudido em si mesmos o jugo da minoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo”.

O que ele está dizendo é que, em grande medida, o espírito da crítica nasce da criação de um ambiente, de uma instituição, em que se demoram, se discutem coisas, e não se gerenciam

propostas. É essa a grande questão.

Essa noção, claro, vocês poderiam com toda a razão falar que é uma noção iluminista, cravada numa certa noção de razão. Mas na verdade me parece que é um mote que tem sido reatualizado no pensamento e no próprio espírito da universidade. Poderíamos colocar que a universidade seria a herdeira dessa noção de crítica. Foucault disse: “Esse projeto crítico não cessa de se formar, de se prolongar, de renascer nos confins da filosofia, sempre próximo dela, sempre contra ela, sempre às suas custas na direção de uma filosofia do porvir. A tarefa nuclear dessa crítica poderia ser sintetizada como o desenvolvimento de uma reflexão histórica que examine o passado e vislumbre o futuro como forma de assinalar um sentido para suas operações no interior do presente”.

Essa foi sempre a ideia de uma universidade crítica. Aquela que, olhando seu legado para o passado, discutindo os horizontes e as perspectivas para o seu futuro, se coloca como um lugar político no interior do presente. Ora, nesse sentido, esse certo esvanecimento do sentido público da universidade como lugar de crítica, me parece que ele já acontece há algum tempo. Talvez pelo menos desde a reforma de 1968 que a universidade tem voltado cada vez mais os seus esforços menos para a produção de um lugar de um embate crítico de pluralidade de visões do que para um lugar que produza conhecimento que seja instrumentalmente útil.

Não obstante, eu gostaria de salientar que aqui a gente está diante de

uma ruptura ainda mais radical. Em alguma medida, a gente tinha conseguido durante décadas fazer com que a universidade pudesse ainda ser esse lugar, que está escrito na própria palavra escola — *scholé*, em grego, é ócio, um tempo de suspensão. Como se a universidade pudesse se dar a esse luxo maravilhoso de suspender a total lógica do mercado que impera na nossa vida. Na lógica do mercado, não há o menor sentido na poesia. Na universidade, eu posso me dar a esse luxo maravilhoso que é ler um poema por ler um poema. É um espaço de suspensão dessas determinações. A universidade em alguma medida foi resistindo a isso, embora fazendo concessões cada vez mais às finalidades instrumentais e retirando cada vez mais o sentido dessa experiência, que a filosofia, a poesia, a história, que talvez não tenham nenhuma finalidade prática, podem nos dar. Mas me parece que o que a gente vê hoje é uma outra sorte de ruptura ainda mais grave do que esse privilégio que tem sido conferido às várias atividades que conformam a universidade às demandas econômicas.

O que há de novo é que a ruptura agora se opera em um novo campo, que é o da própria gestão dos conflitos e das tensões. Me parece que está havendo uma ruptura em relação a algo que sempre foi sagrado na universidade, que é a proeminência da palavra, ou seja, da política como forma de deliberação que suspende a violência. A ruptura da proeminência da palavra em favor da força bruta em relação a todas as vozes dissonantes.

Foi nesse sentido que fui buscar, numa coluna que escrevi em 2009, onde pela primeira vez fui pensar es-

sa ideia que a universidade acaba rompendo com aquilo que sempre foi sagrado, que é a palavra, quando recorre à força bruta. Em 2009, eu estava aqui dando uma aula quando os alunos me falaram que a PM estava ocupando a então Reitoria. E logo depois dessa experiência eu escrevi um breve texto, que chama “Contra a ideia da força, a força das ideias”. Tomo emprestado ao professor Florestan Fernandes o título dessas reflexões. Este foi o *slogan* de sua campanha a deputado constituinte na década de 1980. Saíamos de uma Ditadura Militar e a USP, por meio de alguns de seus mais ilustres professores, tomava parte na cena política em defesa do diálogo como um marco contra a violência.

Décadas depois, numa manhã fria de 1º de junho de 2009, caminhava com os alunos em direção à Reitoria quando perguntava o que diria o professor se, como nós, encontrasse a entrada da Reitoria ocupada por uma tropa de choque da PM com seus cassetetes, seus escudos, suas metralhadoras e seus fuzis. E soubesse que lá estava a pedido da própria Reitoria. A cena era repugnante e paradoxal. A Reitoria, esvaziada de professores e alunos, entregue às forças militares. O silêncio daqueles corpos armados, que se movimentavam em gestos precisos e impessoais, a calar a costumeira loquacidade dos espaços acadêmicos.

Sentíamos-nos indignados e a for-



Professora Elisabetta Santoro

ma de expressar esse sentimento foi realizar a aula ali mesmo, como a lembrar a todos o óbvio: a universidade pode ter diversas funções ou finalidades sociais, a depender das circunstâncias específicas do momento, mas a sua razão de ser sempre foi o compromisso histórico com a liberdade de pensamento, de produção e de discussão dos conhecimentos. O exame crítico de ideias, o escrutínio público de teses que nela acontecem não são meros recursos metodológicos para exames ou publicação de trabalhos. São procedimentos que encarnam os elementos fundantes da universidade e que constituem a alma de seu *ethos* específico. É no cultivo do diálogo e da pluralidade, por oposição à violência que silencia e uniformiza,

que a universidade atualiza seus princípios e realiza seu desafio intelectual e político. A força das ideias contra as ideias da força.

Lembrando, então, de uma história que precisava ser contada aos meus alunos. Em outubro de 1936, Miguel de Unamuno, então reitor da Universidade de Salamanca, encontrava-se numa conferência ao lado do bispo de Salamanca, da mulher do ditador espanhol Francisco Franco e do general mutilado Milán Astray. Na audiência, falangistas gritavam sua saudação fascista: “Viva a morte!”. A ela, Astray respondia com força e

entusiasmo. Unamuno não se conteve em face da barbárie e proferiu o que viria a ser sua última lição: “Conheceis-me bem e sabeis que sou incapaz de permanecer em silêncio. Por vezes, ficar calado equivale a mentir. Porque o silêncio pode ser interpretado como consentimento. De mutilado de guerra, que careça da grandeza espiritual de Cervantes, é de esperar que encontre terrível alívio vendo como se multiplicam à sua volta os mutilados”. Nesse momento, Astray responde com um grito bárbaro e irracional: “Abaixo a inteligência, viva a morte”. Os falangistas apontaram uma arma contra a cabeça de Unamuno, que não obstante prosseguiu seu discurso: “Esse é o tempo da inteligência. Sou seu sumo sacerdote. Estais a profa-

nar um recinto sagrado. Vencerei porque vos sobra força bruta, mas não convencereis. Para convencer, há que persuadir. E, para persuadir, seria necessário algo que vos falta: razão e direito na luta. Tenho dito”. Unamuno foi condenado à prisão domiciliar e algum tempo depois morreu.

Evoco suas palavras na esperança, talvez vã, de que a grandeza de nossos antepassados possa iluminar de algum modo a escuridão densa de nosso presente. Para que sejamos dignos de nossos antepassados e possamos nos orgulhar da herança que deles recebemos e que aos novos legaremos, para que permaneça viva a força de nossas ideias.

Eu, para encerrar, diria assim, que talvez também decorrente do envelhecimento, tenho um diagnóstico extremamente crítico da universidade. Não tenho grande esperança. E, ao frequentar o Conselho Universitário, a pouca esperança que eu tinha acabou se esvaindo. Mas me parece que a gente tem uma única coisa a se agarrar, que são aqueles que no nosso passado são dignos de serem lembrados. Aqueles que, como o professor Franklin, nos formaram. Aqueles como Rosa Kucinski, que dedicaram sua vida a uma luta nessa universidade.

Talvez o horizonte futuro se afigure hoje como algo absolutamente tenebroso. Mas, sendo um pouco arendtiano, nessas horas, o que nos resta é a luz que emana da vida, da personalidade, da obra daqueles que nos precederam nessa universidade. É a única coisa à qual podemos nos agarrar. Pertencemos a uma instituição que teve, sim, aquele reitor cujo

nome me recuso a dizer, que ocupou isso aqui em 1968. Mas a gente tem [Ana] Rosa Kucinski, a gente tem Florestan Fernandes, a gente tem José Mario Pires Azanha, a gente tem aqui dentro pessoas que são o nosso metro de ação, independentemente do cálculo dos resultados. Porque eles, hoje, sinceramente estão na mão do reitor e do Conselho. O que nos cabe, nessa hora, é o gesto de dizer “Aqui, não. Não somos herdeiros desse tipo de gente.” E me parece que a única luta possível, sem muita fé na vitória, é na dignidade da luta política.

“Esse desmonte está vindo ao mesmo tempo com um pequeno passinho que a gente está dando de democratização do espaço universitário. E esse passinho está vindo junto a uma porção de demandas para a universidade que a gente não sabe responder”



Professor Márcio Moretto

MÁRCIO MORETTO. Queria me apegar ao que o professor José Sérgio falou da escola como espaço em que a gente pode se afastar de alguma forma e pensar de maneira livre. Essa foi, de certa forma, a tradição na qual eu fui formado aqui na USP, apesar de ter sido formado lá na Computação. Mas fui formado nessa tradição.

Queria contar um episódio que tem certa relevância. Nessa discussão sobre USP pública e USP empreendedora, a EACH é certa vanguarda nesse contexto. Eu queria compartilhar uma experiência de aula que eu tive na EACH. Eu estava dando um curso de cálculo, que é o que eu costumo lecionar, no curso de Gestão Ambiental, que não é o que eu costumo lecionar, e teve uma espécie de demanda dos estudantes de que eu organizasse as



Professor Antonio Almeida

minhas aulas de forma a que eles pudessem aplicar aquilo nas coisas que iriam usar para o futuro emprego. E aquilo me incomodou. “Olha, eu estou ensinando cálculo. Vocês têm uma espécie de privilégio de ter quatro anos de graduação em que podem pensar de maneira livre e eu gostaria de que nesse tempo em que a gente está se relacionando nessa sala de aula, e em que estou ensinando cálculo, que fizessem um esforço de entender a estética intrínseca ao conteúdo, independentemente de como isso será usado no futuro.”

Uma aluna veio me procurar depois, veio dizer que achou muito bonito o que eu falei, que iria pensar sobre isso. Uns meses depois ela voltou a me procurar. Ela estava mal, meio chorando. “Professor, achei tão bonito o que

e isso a gente faz. Mas tem uma outra coisa que está acontecendo na universidade e que eu não sei responder. Esse desmonte está vindo ao mesmo tempo com um pequeno passinho que a gente está dando de democratização do espaço universitário. E esse passinho de democratização está vindo junto a uma porção de demandas para a universidade que a gente não sabe responder.

A minha impressão é de que a universidade está fora dessa discussão. Essa ideia de que a universidade é o espaço da crítica sem interesses é uma coisa elitista para eles. E é difícil eu conseguir falar nesses termos para eles. Não sei o que colocar. Então, a gente tem também essa crise. O que a gente coloca no lugar da crítica desinteressada, se temos um contexto em que para os alunos isso soa elitista?

você falou, mas é muito distante da minha realidade. Eu tenho essas quatro horas de aula em que me dedico para ouvir o senhor. E nas outras oito horas do dia eu trabalho num consultório odontológico e não dá para ficar pensando sobre o Newton e sobre o quão maravilhoso é o cálculo”.

Então, eu queria trazer isso para discussão. Claro, a gente tem um embate contra a Reitoria

“Há um ataque sistemático, ataque profundo a todas as formas de solidariedade. O golpe de Estado é para desconstruir a solidariedade. Estamos diante de uma nova forma de fascismo. É preciso resistir a esse fascismo, que tem a USP como local de formação de pessoas que vão gerenciar instituições”

ANTONIO ALMEIDA. A gente vive um momento maior em que há um ataque sistemático, que começa talvez nos anos 1980, com o neoliberalismo. E é um ataque consistente, profundo, a todas as formas de solidariedade. É um ataque minucioso. Propõe o MMA na TV, propõe a competição o tempo todo. E isso provoca um tipo de gestão que não se importa minimamente com as pessoas. São critérios ditos técnicos que atacam a tudo. Então, a universidade é gerenciada como se fosse um objeto, como se as pessoas fossem um objeto, como se o conhecimento fosse um objeto, como se a gente estivesse aqui produzindo veículos ou coisas dessa natureza.

E, para fazer isso, uma brutalidade. Uma brutalidade que tem a função não só de repressão ou imposição, mas de mostrar àqueles que estão sendo formados como a gente gerencia essa imposição de uma sociedade sem solidariedade. A gente está num momento muito crítico em que é ne-

cessário ter consciência disso.

O golpe de Estado é fundamentalmente para desconstruir todas as formas de solidariedade existentes. Dizendo de uma forma bem explícita, nós estamos diante de uma nova forma de fascismo. Um fascismo muito grave que está dando seus primeiros passos no sentido de tomar o poder, talvez por um longo período. É preciso resistir a esse fascismo, que não é só dentro da USP, não. É um fascismo maior, que tem a USP como local de formação de pessoas que depois vão gerenciar instituições, organizações. O que ocorre aqui tem uma repercussão enorme.

As falas foram muito boas nesse sentido. Queria até parabenizar o professor José Sérgio pela postura dele diante do Conselho Universitário porque os nossos colegas fizeram falas, mesmo os que estavam fazendo oposição, absolutamente pífias, que não deram conta da gravidade do momento que a gente está vivendo e da necessidade da resistência. Estamos diante de um sistema econômico e social que não se interessa pelas pessoas e pelo planeta. É o sistema da destruição e da morte. Precisamos ter consciência disso. Tudo aquilo que ataca a solidariedade não deve passar.

“O menosprezo desse reitor [para] com os professores, os estudantes e os funcionários é uma coisa gritante. No caso dos funcionários, ficou muito nítido o quanto a universidade é autoritária e elitista. Estamos no processo de escolha de diretor [do ICB]. E entre os candidatos a palavra-chave é empreendedorismo”

VERA MONEZZI. Eu vim porque o tema me chamou muito a atenção. Estou na universidade há 34 anos e

senti o quanto nessa gestão as coisas pioraram. O menosprezo desse reitor [para] com os professores, com os estudantes e com os funcionários é uma coisa gritante. Tenho muito respeito pela área de Humanas e vejo o quanto é desprezada pelo atual reitor.

No caso dos funcionários, ficou muito nítido o quanto hoje a universidade é autoritária e elitista. E o quanto a estrutura de poder acentua dificuldades para que a gente possa fazer qualquer debate, para que tenha qualquer abertura de negociação. Participo do Sintusp e vejo o quanto os demais colegas fazem relatos nas suas unidades da dificuldade de haver qualquer debate.

Estamos no processo de escolha de diretor. E me chamou atenção porque entre os candidatos a pala-



vra-chave é empreendedorismo. É forma de captar recurso.

Quando teve debate para os candidatos a reitor, o [M.A.] Zago era candidato, eu insisti muito em falar principalmente das iniciativas do Fórum das Seis, perguntar se os candidatos iriam para a Assembleia Legislativa tentar aumentar o aumento do repasse de verbas. Todos quase me bateram. Ficaram muito bravos porque a universidade deve uma satisfação para a sociedade e não poderia pedir mais recursos. Teríamos que pensar em garantir recurso privado para manter essa universidade.

Chega-se hoje, no final do mandato desse reitor, que ainda tem alguns meses para fazer estrago, a essa situação. O desmonte do HU, das creches, o ataque aos funcionários e

ao ensino. Mas, hoje, é terrível chegar a esse ponto de ver que, claramente, o objetivo é que essa universidade não tenha mais financiamento público e que esvazie qualquer debate político.

Quando o professor fala para a gente não abandonar a ideia de lutar e resistir, isso tem que ser prioritário para que a gente não recue nem um passo.

“As pessoas estão totalmente pressionadas pela realidade, por essa crueldade. Mas, ao mesmo tempo, temos de dizer que está errado. Agora, é difícil. Imagino você falar de ética, de solidariedade, de experiência política no Conselho Universitário. É uma situação surreal”

FRANKLIN LEOPOLDO. Tenho um breve comentário sobre a fala do professor Márcio. Uma coisa que tenho sentido muito no meu contato com os estudantes mais novos é que as exigências básicas de vida política e de conduta ética tornaram-se abstratas. É como se você estivesse falando de coisas do planeta Vênus. Há uma espécie de antiética e de despolitização que estão sendo absorvidas pelas pessoas. Isso faz com que a conduta normal seja essa. Você não dá atenção a essas coisas porque não são parte do seu dia a dia e não são

úteis ou rentáveis.

Outro dia fui dar aula num seminário. Fui falar da Palavra do Bom Samaritano. A conclusão geral da sala é de que aquilo é utopia. Ajudar o outro é uma utopia. Não tem nada a ver com a realidade. Fiquei impressionado porque era um ambiente religioso. As pessoas se vangloriam da falta de ética, ou da ética do mercado. Houve essa degradação. Outro dia uma pessoa foi acusada de fazer algo errado e disseram: “Você não tem ética”. E ela respondeu: “Tenho a ética do mercado”. Então, é um *imbroglio* na cabeça das pessoas e na disposição que têm para a vida em comum. Isso é uma coisa que me preocupa muito.

É algo que se espalha de maneira muito intensa não só nos lugares que têm o empreendedorismo como palavra de ordem muito natural, mas também nas outras áreas. Isso está aparecendo de forma muito exagerada.

Um colega meu da Faculdade de Filosofia, no meio de uma conversa como essa, disse: “Claro, o governo tem que financiar nossa vagabundagem”. Eu não sei se a palavra vagabundagem tinha algum sentido erudito. É uma disposição muito complicada, que é difícil de você tornar objeto de discussão porque dá a impressão de que você está falando de coisas que não existem.

Tive uma experiência dando aula de bioética. Fui conversar com os residentes. Eles disseram: “Você fala muito bonito. Queria ver você às quatro da manhã no PS das Clínicas, se você ia falar bonito desse jeito”. É uma coisa que incomoda porque não deixa de ser a realidade. As pes-

soas estão totalmente pressionadas pela realidade, por essa crueldade que nós estamos vivendo. Mas, ao mesmo tempo, temos de dizer que está errado. Temos de tomar uma atitude no sentido de recolocar as coisas. Agora, é difícil. Imagino você falar de ética, de solidariedade, de experiência política no Conselho Universitário. É uma situação surreal. Então, desse ponto de vista eu acho muito difícil você atinar com um caminho, um pensamento que permita reverter um pouco a situação que estamos vivendo.

“A arquitetura desse poder neoliberal foi construída há muito tempo. De tal forma que o desmonte é um desafio gigantesco. Por outro lado, ela está enfrentando uma crise. Se fosse tão bem-sucedida do ponto de vista simbólico, por que recorrer à força bruta?”

MARIA CARLOTTO. Fiquei muito feliz quando o professor Márcio se levantou porque ele sempre aborda coisas essenciais. Já debatemos juntos várias vezes. Você trouxe uma questão essencial que eu leio numa chave que parte dessa leitura que foi feita, mas é um pouco distinta. Eu também, como você, estou numa universidade nova. A EACH pretende enfrentar questões da universidade. E tinha

que olhar para essas experiências. O que estão enfrentando de dificuldades, onde fracassaram. A Federal do ABC surgiu um pouco depois com questões muito parecidas. Lá, a gente tem um projeto político-pedagógico que o tempo inteiro pauta a discussão.

Não digo que não tenha influência da gestão, que não tenha ascensão do fascismo. Claro que tem. Mas que se processa de forma distinta. Por exemplo, o projeto político-pedagógico traz como um de seus pilares a democratização do ensino superior. É a ideia de ser um dos guias que o tempo inteiro deve pausar a expansão da universidade, as preocupações pedagógicas e assim por diante.

Pensar nessa questão do perfil social dos nossos alunos é fundamental. Quais são as estratégias pedagógicas novas que a gente precisa desenvolver e pensar para lidar com essas novas demandas. Eu não acho, e minha experiência lá mostra isso, que é uma alternativa de um ou outro. Ou seja, ou você forma profissionalmente, para que se cumpra uma trajetória de ascensão social, ou embute um sentido crítico que suspende completamente a realidade. É bom que essas duas coisas estejam casadas. Eles têm uma formação crítica para atuar no mundo. O desafio é fazer essa articulação entre uma formação crítica, que pressupõe em alguma medida uma contestação dos fins imediatos. A gente rompe com uma lógica puramente instrumental. Mas que ao mesmo tempo os forme tecnicamente com problemas que estão postos. Porque nossos pro-

blemas também têm uma dimensão técnica que é importante.

Nosso desafio é como enfrentar, e aí a USP tem que começar a pensar em por que não ter um projeto político-pedagógico para toda a universidade. Talvez a gente tenha coisas para propor politicamente. Toda minha pesquisa mostra que a arquitetura desse poder neoliberal foi construída há muito tempo. De tal forma que o desmonte é um desafio gigantesco. Por outro lado, ela está enfrentando uma crise que, se assim não fosse, não precisaria colocar a polícia. Se fosse tão bem-sucedida do ponto de vista simbólico, por que recorrer à força bruta?

Então, também tem um problema que está posto para eles. Problema de legitimação grave. Nesse espaço começa a ter margem para se pensar articulações de projetos alternativos. Para mim, passa necessariamente por uma mudança de perfil social da universidade, mas não só nos cursos acadêmicos-científicos e nos cursos novos. Precisa abrir no coração, e aí eles têm que enfrentar esses mesmos desafios. Então, a gente tem que pensar em como democratizar a partir de novas formas de produção de conhecimento e de novas pedagogias, uma nova relação professor-aluno. Às vezes, lembrá-los de que isso é um momento relativamente suspenso abre horizontes. Também cabe à gente fazer o papel de não assumir o conformismo na nossa função docente.

Uma segunda questão que eu gostaria de comentar é que realmente tenho uma dificuldade gigantesca de entender como a Rei-

toria da USP pode, depois de toda a expansão que executou de forma totalmente unilateral, empurrando goela abaixo, ter a desfaçatez de dizer que não tem mais dinheiro público para a universidade. Isso é um caso de crime de responsabilidade. Uma das funções básicas do reitor é representar os interesses da universidade junto à sociedade, e não do governador junto à comunidade, que é o que ele faz na prática.

A universidade precisa de mais dinheiro. É óbvio que tem um ajuste fiscal que está sendo imposto para todo mundo. Mas existe uma expansão de fato.

Então, a gente quer ser a maior universidade do país, expandir, não sei o que mais, e vai fazer como? Mágica. Tem um projeto político-pedagógico para ser discutido a partir das prioridades que estão postas. Já que o recurso é escasso, quais são as prioridades? Não é gestão. É mágica que eles querem fazer. E é uma mágica totalmente mentirosa. Por isso precisa da força: porque não se sustenta.

“A universidade é um tempo livre. Ter um tempo livre significa que eu posso errar, perguntar. Isso faz parte da formação universitária. E é tempo livre de quê? É tempo livre do capital. Não estou obrigado a fazer aquilo que me mandam”

JOSÉ SÉRGIO. São duas questões. Primeiro, quanto à observação do Antonio sobre solidariedade. É claro que em parte a questão da solidariedade tem a ver com certa formação individual. Mas tem que enxergar que em grande medida isso reflete o tipo de experiência que a gente tem. Então, por vezes aquele tipo de experiência que pode fomentar um espírito de solidariedade talvez seja indissociável daquilo que o Franklin falava sobre a noção de uma comunidade. Toda vez que você ataca práticas, instituições e experiências que criam laços em comunidade, você mina qualquer tipo de solidariedade.

Vou pegar uma questão bem simples, que é o fechamento das creches. Não só porque as creches da USP são a melhor experiência em educação infantil, mas por aquilo que propiciam como ambiente. A minha filha frequentou durante anos a creche. E hoje, muito anos depois de encerrada essa experiência, ela tem amigos na creche. E foi nessa vivência que eu fiz alguns grandes amigos dentro dessa universidade, entre funcionários e professores. O que significava que aquilo era uma experiência de comunidade. A dissolução significa a dissolução de um tipo de comportamento. Mesmo que as pessoas permaneçam as mesmas.

Não tenho dúvida de que a universidade passa por um grave problema econômico. Numa das frases que eu pulei, do Foucault, sobre a crítica, ele fala que não é que a crítica não queira se submeter a ne-

nhum governo. Ele fala que desse jeito não, por esse princípio, não. Quero discutir aquilo, e não isso. Eu gostaria de discutir qual o gasto da creche. Eu não sei quanto a universidade gasta para ter carros e motoristas privados para toda sua alta burocracia, o que não tem nenhuma relevância pública e não cria nenhum laço de comunidade. Por que um reitor não pode vir de ônibus, de metrô, de carro, como todos nós fazemos? Ele adora nos comparar a Harvard, Oxford. Não me consta que qualquer uma delas tenha carro para cada um dos diretores de unidade.

Temos que cortar? Bom, isso é política. Por que corta aqui e não corta ali? E na hora de cortar, isso significa o esgarçamento de uma experiência de comunidade.

É claro que a gente tem que formar profissionais. E claro que têm que ser bons profissionais. Está dado. Só que a gente tem que perguntar qual a diferença entre o profissional formado na universidade e aqueles que eram formados em corporações de ofício. Como é que o ferreiro se formava? Pelo exercício imediato. O cara ia lá e começava a fazer carroça.

A universidade é um tempo livre até em um curso assim. Engenharia Mecânica: eu estou com um motor de trator na minha frente. Ter um tempo livre significa que eu posso errar, que tenho tempo de ver como o motor funciona. É algo absolutamente técnico, mas o tipo de relação é totalmente diferente. E mais: eu não estou só preocupado em fazer um motor eficiente. É ser capaz de pergun-

tar: o motor é adequado do ponto de vista ambiental? O que significa uma sociedade fundada sobre a ideia de um veículo particular? Isso faz parte da formação universitária. Não faria parte da formação de uma corporação de ofício.

Então, vamos entender o tempo livre como um tempo totalmente singular. E é tempo livre de quê? É tempo livre do capital. Ao fim e ao cabo, é isso. Não estou obrigado a fazer aquilo que me mandam. O sarau da Cooperifa é tempo livre. São trabalhadores da periferia de São Paulo que uma noite por mês vão ler poemas. É o tempo em que falam: “O patrão não manda em mim”. Isso é fenomenal. É o tempo em que estou me formando como pessoa. Também tenho essa experiência com os alunos. Um dia a gente estava lendo um diálogo sobre a educação pelas virtudes. E a aluna chegou e falou: “Então, professor, o fogo pegando e você fica discutindo coisas que não têm nada a ver com o que a gente está vivendo”. Foi a primeira vez em que pensei em me aposentar.

Me parece natural que, inseridos numa sociedade assim, essa seja a primeira reação dos nossos alunos. Mas não me parece natural que a gente ceda a eles. Eles têm o direito de ter uma experiência diferente. Uma experiência que não está submetida ao econômico, ao financeiro, ao capital. Aqui há um outro valor. Não estou me alienando do mundo, mas estou falando que aqui o jogo tem outra regra. Aqui não pode ser a mera continuidade da indústria.